



VIADUTO SANTA TEREZA E O LEVANTE DOS CORPOS INDISCIPLINADOS

Thiago Canettiéri*

RESUMO

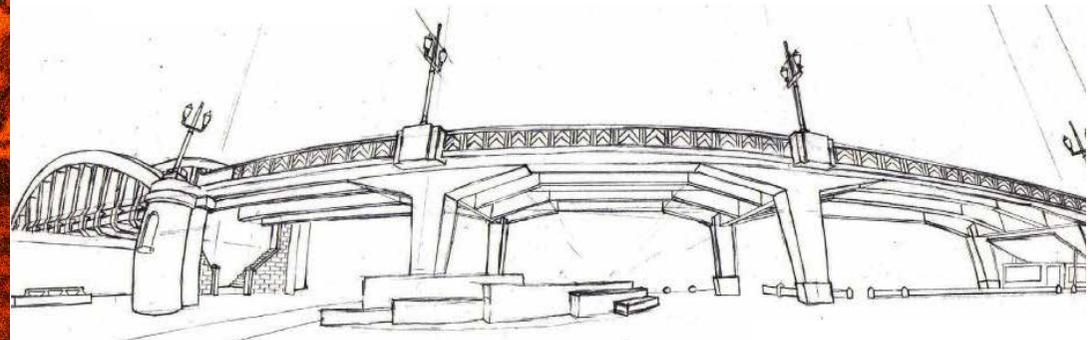
A cidade hoje tem um papel central no controle dos corpos a partir da ação do biopoder. No entanto, é também foco das atitudes multitudinárias e biopotentes que emergem dos movimentos sociais. Nesse sentido, é correto afirmar que a cidade é alvo de disputa pela sua produção. Assim, o presente texto dedica-se à discussão de um caso referente a esse processo: o Viaduto Santa Tereza, em Belo Horizonte. O Viaduto é o lugar de diversas manifestações de rua culturais e políticas, mas também sofre com as estratégias da articulação Estado-capital. Ao longo do texto destaca-se a importância dos corpos indisciplinados em produzir o comum a partir da produção do espaço. Visa-se construir uma leitura da disputa pela cidade situada entre o controle dos corpos exercido pelo biopoder e a indisciplinada da biopotência contra essas heteronomias. O levante dos corpos indisciplinados é a expressão objetiva da potência latente (que é essencialmente desobediente, ou, em termos foucaultianos, *indocile*) da multidão que atua no sentido exatamente contrário ao da docilização e controle dos corpos.

PALAVRAS-CHAVE: Indisciplina. Corpos. Biopoder. Biopotência.

ABSTRACT

The city today has a central part in the process of controlling the bodies through the action of biopower. However, it is also the focus of multitudinous and biopotent attitudes that emerge from social movements. In this sense, it is correct to say that the city is being disputed. This text discusses a case relating to this process: the Santa Tereza Overpass, in Belo Horizonte. The overpass is a place of diverse cultural expressions of street and space political discussion, but also suffers from control strategies proposed by the state and capital. This text highlights the importance of indisciplined bodies in the production of the common city space. This paper aims at building a reading of the dispute for the control of the city between biopower and the indisciplinade (biopotency) that surge against these heteronomies. The uprising of the indisciplined bodies is the objectively expressed form of latent potency of the multitude (which is essentially disobedient, or, in foucaultian terms, *indocile*) that operates in the opposite direction of the control of docile bodies.

KEYWORDS: Indiscipline. Bodies. Biopower. Biopotency.



Introdução

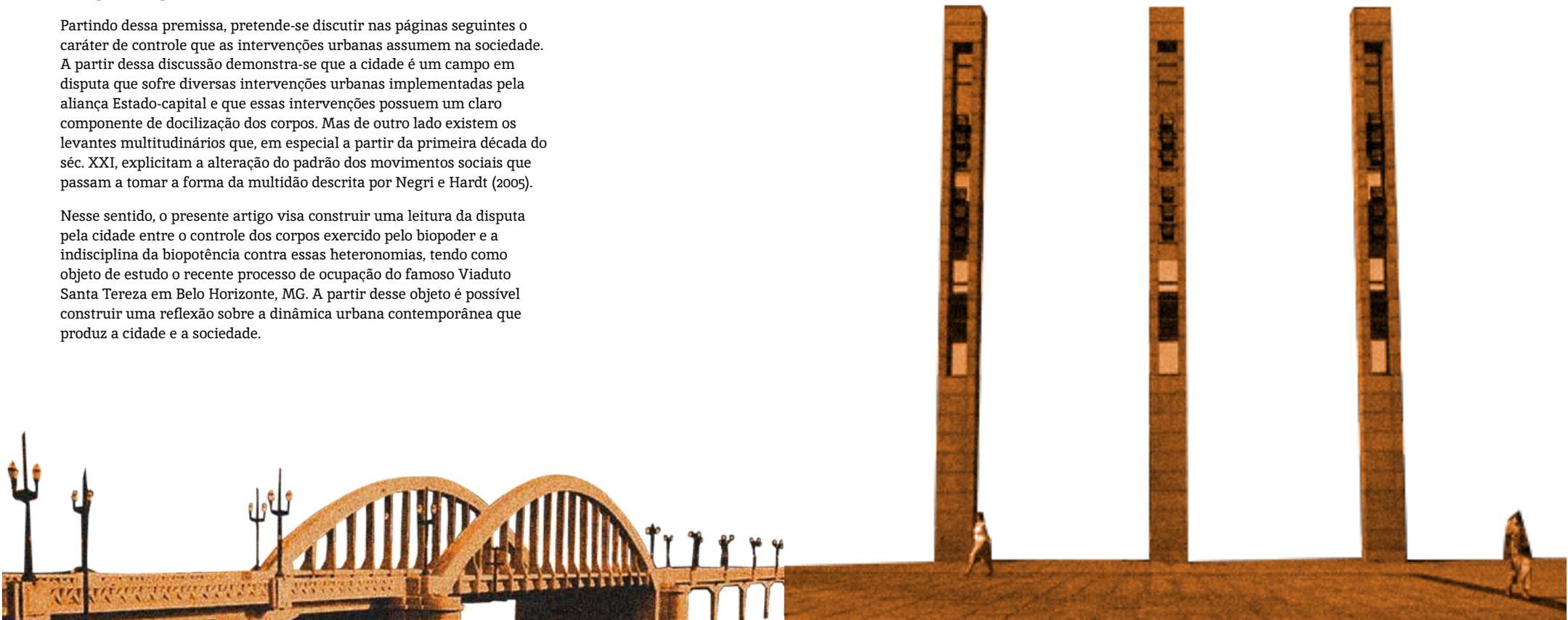
Desde meados do séc. XIX até atualmente o território da cidade é objeto de planejamento submetido ao pensamento dominante. Assim, deve-se ter em mente o caráter do urbanismo como uma estratégia (de classe) para exercer poder na sociedade. Através da ordenação física do ambiente material da cidade é possível exercer o poder de subjugação dos grupos não-dominantes. O urbanismo se tornou uma ferramenta para a regulamentação e a administração do espaço construído. Pode-se pensar que, através disso, é um instrumento de biopoder. Através de grandes intervenções urbanas no espaço das cidades é possível (re)organizar a própria produção da vida dos habitantes. Em contrapartida existe um *turning point* na literatura filosófica; trata-se de um termo específico para designar a ação da multidão contra essas práticas de controle e subjugação: biopotência. A potência criativa e inovadora da multidão que se coloca ativamente como forma constituinte da realidade. Essa mudança é essencial para se compreender o cenário das lutas políticas que se desdobra no séc. XXI.

Partindo dessa premissa, pretende-se discutir nas páginas seguintes o caráter de controle que as intervenções urbanas assumem na sociedade. A partir dessa discussão demonstra-se que a cidade é um campo em disputa que sofre diversas intervenções urbanas implementadas pela aliança Estado-capital e que essas intervenções possuem um claro componente de docilização dos corpos. Mas de outro lado existem os levantes multitudinários que, em especial a partir da primeira década do séc. XXI, explicitam a alteração do padrão dos movimentos sociais que passam a tomar a forma da multidão descrita por Negri e Hardt (2005).

Nesse sentido, o presente artigo visa construir uma leitura da disputa pela cidade entre o controle dos corpos exercido pelo biopoder e a indisciplina da biopotência contra essas heteronomias, tendo como objeto de estudo o recente processo de ocupação do famoso Viaduto Santa Tereza em Belo Horizonte, MG. A partir desse objeto é possível construir uma reflexão sobre a dinâmica urbana contemporânea que produz a cidade e a sociedade.

Ao longo do artigo será traçada uma certa genealogia dos conceitos de biopoder, biopotência e multidão, necessários para compreender o fenômeno que consiste no foco de análise desse texto. Em seguida, demonstra-se como esses fenômenos podem ser encontrados nos movimentos multitudinários que acontecem nas ruas, e, em especial, no caso do Viaduto Santa Tereza.

Como é exposto por Negri e Hardt (2012), embora as lutas pela produção do comum sejam singulares e orientadas para uma questão específica e local, elas possuem uma orientação global.



Biopoder, biopotência e indisciplina

Biopolítica é o neologismo criado por Foucault para se referir às novas formas de poder emergentes destinadas à administração dos corpos e à gestão calculada da vida: uma nova forma de governar que se tornou vigente desde o séc. XVIII. O termo aparece pela primeira vez na conferência de Foucault (1979) no Rio de Janeiro em 1974 sobre “O Nascimento da Medicina Social”. Nessa conferência o filósofo reconhece que o corpo passa a representar uma realidade biopolítica.

Assim, biopolítica passa a fazer parte de uma nova governamentalidade, tratando de estabelecer normas que são estipuladas externamente: projeto social e projetos de cidade são colocados lado a lado como uma nova forma de controle. Ela diz respeito ao campo da governamentalidade composto por tentativas mais ou menos racionalizadas de intervir sobre as características vitais da existência humana (RABINOW e ROSE, 2006).

Biopolítica designa essa entrada do corpo e da vida nos cálculos explícitos do poder. O poder se torna um agente de transformação da vida humana. Para Foucault (2002), o corpóreo sempre foi a política. Ele promoveu o estudo das formas menores em que as pessoas aceitam o poder na vida diária. O corpo, suas teorias afirmam, é fundamental não só para nossas vidas sexuais, mas também para o controle administrado pelo Estado. A biopolítica é afirmada no nível do corpóreo. É nesse sentido que se pode compreender o conceito de heteronomia apresentado por Foucault (1996) como sendo o oposto de autonomia. Ou seja, é uma série de determinações externas aos sujeitos que existem como forma de disciplinar ou docilizar os corpos, torná-los obedientes.

Dessa maneira, a heteronomia da biopolítica representa uma grande variedade e intensidade de relações de poder: desde a vacinação à tortura, da etiqueta no jardim de infância à solitária na prisão. É a maneira do Estado de tornar o corpo docile — pronto para aceitar mais instruções quando necessário. Foucault (2002) narra a *Raison d'État*: a razão da existência do Estado, a partir da preocupação medieval com a salvação da alma, para a economia política, para a saúde do corpo social, e, por fim, para o indivíduo.

Quando Foucault (2002) introduziu o termo ao final das aulas no *Collège de France* de 1975-6 no curso “Em defesa da Sociedade”, o designava de forma precisa para compreender o fenômeno histórico que lhe interessava. Estava focado no controle das taxas de natalidade, nos assuntos de morbidade e as intervenções públicas e assistência médica, entre outros. A ideia de Foucault (2002) não é um conceito de biopoder trans-histórico, mas baseado numa análise genealógica.

No primeiro volume da *História da sexualidade — A vontade de saber*, Foucault (1988) oferece um capítulo sobre o assunto intitulado “Direito de morte e o poder sobre a vida”, publicado pela primeira vez em 1976. Nesse texto o autor apresenta a noção de biopoder, que seria uma diferenciação do poder de soberania (do qual ele sucede historicamente), mas que representa uma estratégia mais ampla no interior da biopolítica.

O biopoder, portanto, designa um termo totalizante para a forma global de dominação. Esse biopoder compõe a lógica de construção de dispositivos para atender a uma necessidade do capitalismo de extrair uma mais-valia da qual sua própria existência é dependente. O biopoder opera com um modelo de normalização através da demarcação dos parâmetros que se ajustam aos requisitos exigidos ou não. A norma ajusta os sujeitos aos interesses das instituições. Como destaca Foucault (1988), isso acontece de forma voluntária, sujeitando os indivíduos aos interesses das estruturas. Não apenas individualmente, mas através da direção das condutas de modo a empregar as potencialidades da vida para um fim determinado.

O biopoder transforma a forma de ação do poder. Ele passa a funcionar na base da incitação, do reforço, do controle, da vigilância, visando, em suma, a otimização das forças que ele submete (PELBART, 2003). O poder serve para controlar e ordenar as forças, não mais para destruí-las. Enfim, gerir a vida. Foucault (2004) fala de biopoder, que seria o poder político sobre a vida.

O biopoder surge e ganha espaço como estratégia a partir do momento em que a gestão da vida incide não apenas sobre os indivíduos, mas sobre a população enquanto população, como espécie. É centrada no corpo atravessado pela mecânica do vivente, suporte dos processos biológicos. Com isso é possível a disciplinarização e docilização dos corpos, a regulação da população. A vida se tornou objeto de intervenção o qual é possível modificar até uma maneira ótima.

No livro *Multidão*, Negri e Hardt (2005) utilizam o termo biopolítica para designar também a ação – modo de fazer política com a vida – que surge da própria multidão. Se o biopoder está a atuar, tem-se também a ação multitudinária no sentido oposto. Mas é Pelbart (2003) que passa a denominar esse processo de Biopotência da Multidão. Seria uma forma de resistência positiva, constituinte, que não se confunde com o poder sobre a vida (biopoder), mas com a potência da vida (biopotência).

Peter Pal Pelbart (2003) atribui a essa noção de biopotência uma realidade de contestação ao poder soberano, que é baseada nas criatividades singulares do coletivo e conectada em fluxo constante capaz de produzir, de forma ativa, o novo. Segundo o autor:

produzir o novo é inventar novos desejos e novas crenças, novas associações e novas formas de cooperação. Todos e qualquer um inventam, na densidade social da cidade, na conversa, nos costumes, no lazer – novos desejos e novas crenças, novas associações e novas formas de cooperação. A intenção não é prerrogativa dos grandes gênios, nem monopólio da indústria ou da ciência. Ela é potência do homem comum. (PELBART, 2003, p. 23)

Nesse sentido, a noção de biopotência está muito conectada à produção de subjetividades, que passa a ser entendida não mais como uma superestrutura etérea, mas possuidora de força social e política, possuidora de potência (ou de biopotência). A biopotência está ligada, de forma direta, à noção de multidão trabalhada por Negri e Hardt (2005). Isso porque é exatamente a biopotência, essa resistência ativa na produção do novo no seio de um coletivo de singularidades, que dá sentido à multidão.

A noção de multidão que surge no vocabulário da filosofia política tem sua origem nas leituras de Spinoza e Foucault realizadas por, principalmente, Negri e Hardt (2005). Com o conceito esses autores pretendem problematizar a crise da representação política na democracia neoliberal. A ideia de multidão podia, portanto, explicar a emergência de reivindicações e protestos de caráter social e político que se colocavam como inéditos no contexto global, tendo como marco histórico a chamada *Battle of Seattle*, de 1999, quando ativistas, através de ação direta, tentaram impedir a reunião do G8. Bensaïd (2009) sustenta que o conceito de multidão explica essa nova forma de protestos e reivindicações em que os movimentos populares são altamente plurais.

Segundo Negri e Hardt (2005), a multidão representaria um novo sujeito revolucionário. Nessa ontologia da multidão, os autores recusam qualquer hipóstase de uma figura unitária (CASTILLA, 2012). A existência da multidão se dá através da existência múltipla de singularidades; o conceito de comum articula as estratégias criativas de resistência ativa e de modos de vida da multidão. A multidão seria, segundo Castilla (2012), o acontecimento propriamente revolucionário; sua formação. Em termos spinozistas, seria a atualização dessa potência. Ainda de acordo com Negri (2008, p. 205), “é um ato criativo que une subversão e amor, isto é, o desejo de atualizar a potência.”

Nesse sentido, entende-se que biopotência transforma os corpos que deveriam ser dóceis em corpos indisciplinados. É indisciplinada frente ao controle da vida. Nesse ato de subversão e criação o sujeito se realiza enquanto tal (FROMM, 2010) e insurge contra a instituição e o poder, que,

na verdade, representam submissão. Fromm (2010) destaca a importância da capacidade de desobedecer na produção da vida social como momentos de substancial alteração criativa, positiva e constituinte, portanto, biopotente.

O Viaduto Santa Tereza: entre a construção coletiva do espaço, a intervenção urbana e a (re) conquista

O Viaduto Santa Tereza é um espaço importante de articulação regional em Belo Horizonte. O Viaduto liga a Rua da Bahia, na área Central, à avenida Assis Chateaubriand, que é direcionada à região Leste de BH. O Viaduto torna-se assim frequentemente visitado ainda que apenas como eixo de ligação e ponto de passagem.

O Viaduto Santa Tereza foi projetado pelo engenheiro Emílio Baumgart e foi construído em 1929. O projeto permitia então a ligação entre uma parte mais elevada do município — a área central — a outra, em direção aos bairros Floresta, Santa Tereza e Sagrada Família, também de altimetria mais elevada. Assim, o Viaduto permitia transpor tanto o leito do Ribeirão Arrudas, que corre canalizado sob a avenida Andradas, como, também, a linha férrea. Ele está próximo da Praça da Estação, área central em Belo Horizonte, e também da Praça Sete. Dessa forma torna-se um espaço de grande potencial articulador entre os espaços da cidade. Ainda, sendo eixo de passagem ele se tornou também território que muitos moradores de rua utilizam para dormir.

Centralidade, facilidade de acesso, visibilidade e abrigo da chuva permitiram a emergência de uma nova forma de apropriação do Viaduto quando o coletivo Família de Rua, criado em 2007 e que objetiva organizar e dar visibilidade à cultura do hip hop e do skate, começa então a ocupá-lo com o famoso Duelo de MCs.

O evento, que ocorre semanalmente todas as sextas-feiras, iniciou-se como espaço em que amigos e membros do coletivo podiam se encontrar para fazer música estabelecendo uma relação com a população de rua que vive no local, contando mesmo com a participação de alguns moradores de rua nos duelos (RENA, 2013). Sua visibilidade cada vez maior fez com que o evento se tornasse um poderoso agregador. Outros públicos começaram a comparecer aos duelos e a pauta da questão cultural se tornou cada vez mais explícita. Belo Horizonte não oferecia espaços para produzir cultura autonomamente e de forma auto-gestionária; assim, o coletivo Família de Rua se colocava como (contra)proposta a essa situação. Criaram um espaço respeitado de hip hop na cidade com eventos que mobilizavam centenas de pessoas, como pode-se visualizar na **figura 01**, a seguir.

FIGURA 1:
Duelo de MCs (08 de
outubro de 2012)



Além da pauta da cultura ser essencialmente política, tornou-se comum também a intervenção direta no debate político durante os Duelos. Ora o evento era convidado a compor espaços de resistência multitudinária espalhados pela cidade (como foi em junho de 2013, durante a ocupação da câmara municipal, por exemplo); ora seriam tema dos Duelos as questões das políticas urbanas, habitacionais, etc. Natacha Rena (2013) afirma que “o Duelo de MCs talvez seja o movimento de resistência mais radical da cidade porque é quando as periferias invadem o centro, bagunçando a ordem e a ocasião”. São indisciplinados contra a disciplina vigente do discurso hegemônico, o subvertem e, a partir daí, criam algo novo.

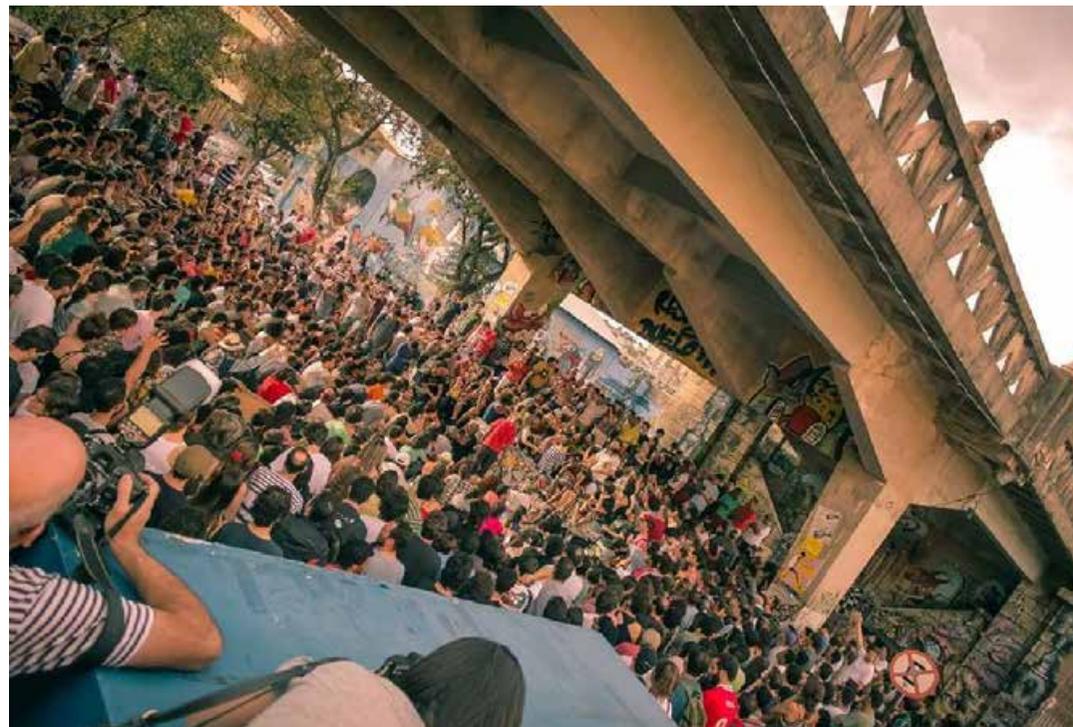
Nesse sentido, o Viaduto Santa Tereza passa a ter ainda maior visibilidade, agora no campo cultural e político da vida de Belo Horizonte, dando centralidade à cultura popular, negra e periférica de Belo Horizonte, que passa a literalmente ocupar uma área central.

Mas pouco antes de completar seis anos de Duelo de MCs, os eventos que tomaram conta do Brasil durante junho de 2013 ressignificaram todo o espaço do Viaduto, sem, no entanto, apagar o papel importante do evento. Durante os protestos em Belo Horizonte, o Viaduto Santa Tereza passou a ser um lugar, novamente, central. Os primeiros atos que se encontravam na Praça Sete e marchavam até os limites do “território FIFA” no entorno do estádio do Mineirão não tinham ali um espaço de discussão horizontal e de deliberação. Assim, surge, de maneira quase espontânea, a necessidade de criação de uma assembleia popular para discutir e deliberar as ações da multidão que tomava as ruas; isso, é claro, pautado pelos princípios da democracia radical ou da “democracia democrática”.

O Viaduto Santa Tereza tornou-se espaço de decisão política da multidão, lugar em que ocorriam as discussões de maneira horizontal e em que se pensava um projeto político para além da Copa das Confederações e da Copa do Mundo, para além de Belo Horizonte, um projeto de sociedade.

De fato, esse levante multitudinário indisciplinado foi uma afronta a uma série de interesses do Estado-capital e seu desejo por controle dos corpos. Diversas questões tornaram-se pauta da assembleia que, encaminhadas, ganharam concretude nas ruas e nas ocupações. Diversos atos e ocupações foram concebidos nesse espaço de democracia direta. Para citar apenas um exemplo, foi encaminhado em uma das sessões da APH o ato e a ocupação da Câmara Municipal

FIGURA 2:
4ª Sessão da Assembleia
Popular Horizontal (27 de
junho de 2013)



de Belo Horizonte contra a negação da abertura das “caixas-preta” dos transportes públicos de BH.

O que se teve, portanto, foi um intenso processo de politização indisciplinar da população de Belo Horizonte baseado em uma horizontalidade ainda pouco experimentada, mas muito atrativa. O Estado-capital respondeu de maneira direita, interditando o acesso ao Viaduto. No dia 29 de Janeiro de 2014 – ano do Mundial da FIFA no Brasil — a prefeitura municipal inicia uma série de obras no espaço embaixo do Viaduto. As obras não haviam sido comunicadas à população e nem aos coletivos e movimentos organizados que usufruem do espaço semanalmente; o projeto da intervenção urbanística não foi publicado. Ocorreu apenas o fechamento do acesso ao Viaduto com tapumes e, rapidamente, o início da reforma do espaço.



As intervenções urbanas são processos que envolvem uma grande alteração na cidade. Através do planejamento urbano e das grandes obras desenvolvidas, o poder público e o poder econômico conseguem reorganizar a cidade. Nesse sentido, Velloso (2011) afirma que a arquitetura da cidade é a projeção, num território, das relações referentes à produção e ao consumo das coisas, com a consequente constituição de lugares diferenciados pelas funções que neles se exercem. Ora, a forma da cidade moldada através das ações da aliança entre o poder público e econômico é uma forma de governar a vida cotidiana, a forma que o corpo das pessoas estará no espaço das cidades (BUITRAGO, 2010).

Pode-se, nos termos do pós-estruturalismo marxiano de Negri e Hardt (2011), falar que os movimentos sociais estavam ali na busca de

FIGURA 3:
Retomada Viaduto
Abertura e ocupação das
obras no Viaduto Santa
Tereza (08 de fevereiro de
2014)

construir o comum. Era necessário uma resposta por parte das classes dominantes. O poder estatal aliado ao poder do capital é diametralmente oposto a esse processo. Pode-se falar assim que essas intervenções urbanas, tidas como respostas a ações sociais, são, na verdade, uma “*desocialization of the commons*” (NEGRI, HARDT, 2011, p. 258).

Mas a multidão constituinte não ficou inerte. No dia 08 de fevereiro de 2014, exatamente dez dias depois do início das obras, grupos e movimentos sociais que participavam de um evento da Praça da Estação — uma “Praia da Estação” — já planejava sigilosamente um cortejo até o Viaduto. Saem, portanto, como um bloco de carnaval, em direção ao Viaduto tapado de tapumes. Após algumas músicas, um grupo começa a quebrar as correntes que travavam o portão da obra, e, finalmente, conseguem entrar e ocupar o espaço de encontro da cultura e da política de Belo Horizonte, como se observa na [figura 03](#).

Nasce, assim, da ameaça da obstrução pelo poder público do Viaduto Santa Tereza — um dos maiores palcos político e cultural de Belo Horizonte, o movimento do Viaduto Ocupado.

O movimento, tal qual é expresso em seu nome, tem como pautas imediata a obra e a ocupação popular e autogestionária do espaço do Viaduto. As pautas levantadas pelo movimento eram: 1) que projeto está em execução? 2) de onde vem o dinheiro para a obra? 3) o que é esse projeto de requalificação? 4) quais as legislações que estão sendo previstas para os baixos dos viadutos da cidade? 5) para onde vai a população em situação de rua que vivia no Viaduto Santa Tereza? 6) por um Viaduto verdadeiramente popular, autônomo, gerido pela população e para a população!

Dessa forma, o movimento procurou organizar e construir o espaço do Viaduto ocupado. Para tanto contaram com diversas assembleias horizontais, eventos culturais com música, teatro, sarau de poesias, grafite, aulas públicas e mutirão de construção do espaço. É interessante observar, como expresso na [figura 04](#), que diante da destruição do espaço e da arquiabancada, reduzida a escombros, a multidão que ocupou o Viaduto Santa Tereza nesse movimento reconstruiu, da maneira possível, o espaço horizontal, utilizando as próprias ruínas.

Como notam Negri e Hardt (2005), a multidão é uma positividade que reinventa as coordenadas; é uma biopotência, uma resistência constituinte.

Os “ocupas” reinventaram a forma de apropriação da cidade pelas pessoas, criaram formas paralelas de organização excedendo a política formal institucional. Criaram uma nova forma de experiência social e urbana.

Mas, para além das pautas imediatas que circunscrevem o estado do Viaduto, o movimento tem pautas concretas mais abrangentes, entre elas, o direito à cidade. Como lembra Henri Lefebvre (2001, p. 143), o direito à cidade serve de guia a essa insurreição pois orienta-nos em direção ao “direito à ‘obra’ (à atividade participante) e o direito à ‘apropriação’ (bem distinto da apropriação capitalista)”. Essa amplitude de ação pode ser visualizada no manifesto-grafite que o movimento fez, em um dos tapumes da obra, conforme [figura 05](#).

FIGURA 5:
Manifesto/Grafite do
Viaduto Ocupado (12 de
Fevereiro de 2014)

Nesse sentido lefebvreano, o direito à cidade tem um viés inerentemente potente e radical. Ele se coloca para além da demanda por “coisas” e/ou “processos”. É uma luta pela cidade como obra, totalidade, realização comum e coletiva de seus habitantes. É nesse ponto que se localiza a importância dos movimentos sociais como do Viaduto Ocupado. A partir dele é possível a constituição do comum.

O alcance do movimento não se restringe à prática autogestionária e horizontal do Viaduto, mas sim à produção ampla do direito à cidade. Assim, mesmo que sejam efêmeras ou que encontrem grandes dificuldades, é necessário lembrar, como em Hakim Bey (1985), que as “zonas autônomas temporárias (TAZ)” são, por si só, levantamentos importantes na construção de uma nova sociedade. Indica, portanto, uma nova prática revolucionária, cotidiana e, ao mesmo tempo, efêmera que irrompe na vida urbana controlada pela heteronomia do Estado-capital. Como destaca Negri e Hardt (2012, p. 9): “these are struggles for the common, then, in the sense that they contest injustices of neoliberalism and, ultimately, the rule of private property.” A partir dessas disputas é que é possível (re)organizar toda a constelação de relações sociais já existentes, subvertendo o status quo para uma nova estrutura social.

Nesse sentido, Negri e Hardt (2012, p. 3) falam da importância do processo constituinte que é gestado nas ocupações multitudinárias:

agents of change have already descended into the streets and occupied city squares, not only threatening and toppling rulers but also conjuring visions of a new world. More important, perhaps, the multitudes, through their logics and practices, their slogans and desires, have declared a new set of principles and truths.

A disposição para o controle da população através da forma e conteúdo da cidade foi subjugada pela presença subversiva dos corpos políticos e múltiplos nas ruas. Os famosos “ocupas” reinventaram a forma de apropriação da cidade pelas pessoas, criaram formas paralelas de organização política para além da política formal institucional. Criaram uma riquíssima nova forma de experiência social e urbana do ponto de vista constituinte através de reuniões, assembleias, etc. horizontais.



Considerações finais, ou o levante da indisciplina dos corpos

A cidade é portanto um campo de batalha, como afirma Walter Benjamin (2005, p. 165). E, como advertem Negri e Hardt (2011), a metrópole se torna, nesse contexto biopolítico, o que a fábrica representou no início do capitalismo. É o espaço em que se produz a acumulação de capital, é o espaço que produz a exploração. É o lugar que, na contemporaneidade, concentra muito das tensões das lutas de classes e das disputas entre o biopoder e a biopotência, entre a cidade como valor de troca, transformada em mercadoria estreita para satisfazer a acumulação do capital, e a cidade como valor de uso para a reprodução da vida.

Assim, é através da forma e do conteúdo da apropriação da cidade por seus habitantes (enquanto mercadoria ou enquanto espaço de reprodução) e através da experiência urbana dos indivíduos juntos à arquitetura urbana que se cria um evento político. Dessa maneira, o espaço urbano é, por natureza, objeto de estratégias.

A cidade é por muitas vezes controlada. Essa política — biopolítica — do controle da vida acontece na cidade através da sua organização espacial. É a ação do biopoder que visa o controle dos corpos. Em contrapartida, a multidão oferece como resposta a construção do comum pautada pela indisciplina dos corpos frente às normatividades das heteronomias do Estado-capital.

Se a cidade se tornou espaço de dominação através do poder estatal e financeiro, a questão que se coloca — e que David Harvey (2012) expõe — é como tornar a cidade o lugar da resistência positiva. Será, portanto, na construção do “comum” na cidade que se pode tocar os limites do processo de dominação capitalista? A questão urbana se torna causa e objetivo; motivo e processo dos novos levantes multitudinários que marcam o contexto político social do séc. XXI. Como afirmam Negri e Hardt (2001, p. 436), “a militância atual é uma atividade positiva, construtiva e inovadora.”

E nesse sentido é que entendemos o processo do Viaduto Santa Tereza como dinâmica de uma disputa entre biopoder e biopotência, entre o controle estéril e a indisciplina criativa dos corpos da multidão. É um case de pequena escala espacial e de efemeridade temporal, mas que, no entanto, é revelador dessa dinâmica de disputa e da constante busca da produção do comum a partir da reapropriação da cidade — a cidade como obra — por seus habitantes.

Quando falamos da reapropriação da cidade estamos deslocando a discussão para o campo da cooperação que hoje é regulada pelos termos biopolíticos do capital. Lucro, aproveitamento, eficiência, planejamento estratégico. Assim, destituir esse elemento de verificação significa reconquistar o trabalho cooperativo de maneira autônoma frente às heteronomias do Estado-capital capaz de ser criativo, constituinte:

rebellion and revolt set in motion not only a refusal but also a creative process. By overturning and inverting the impoverished subjectivities of contemporary capitalist society, they discover some of the real bases of our power for social and political action. (NEGRI e HARDT, 2012, p. 79)

O levante dos corpos indisciplinados é a forma objetiva da potência latente (que é essencialmente desobediente, ou, em termos foucaultianos, indócil) da multidão que atua no sentido contrário ao da docilização e controle dos corpos. Essas novas práxis cotidianas autônomas contrariam à heteronomia do planejamento estatal e do capital, e, assim, contribuem para construir um projeto contra-hegemônico capaz de alterar a constelação da organização social contemporânea.

*Thiago Canettiéri é Mestre em Geografia — Tratamento da Informação Espacial pela PUC-MG, e doutorando pela UFMG. Possui bacharelado e licenciatura em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2012). Tem experiência na área de Geografia com ênfase em Geografia Urbana.

REFERÊNCIAS

- BENJAMIN, Walter. Comentários aos poemas de Brecht. **Inimigo Rumor**, n. 11, 2005.
- BENSAID, Daniel. **Elogia de la política profana**. Barcelona: Península, 2009.
- BEY, Hakim. **TAZ — Zonas Autônomas Temporárias**. São Paulo: Conrad, 1985.
- BRANCO, Guilherme. Controle e luta pela vida em tempos de biopoder. **Argumentos**, ano 4, n. 7, 2012.
- BUITRAGO, Alvaro. Urbanismo, biopolítica, governamentalidade: vida y espacio em la renovación de los estúdios urbanos. **Tierra y Libertad**. v. 44, 2010.
- CASTILLA, Jordi Massó. Duas visões da política: a multidão perante a filosofia do comum. **Princípios**, n. 19, n. 32, 2012.
- CAVA, Bruno. **A multidão foi ao deserto**. São Paulo: AnnaBlume, 2013.
- DELEUZE, Gilles. **Pourparlers**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1990.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. **Mil platôs. capitalismo e esquizofrenia v. 1**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- FOUCAULT, Michel. Fazer viver e deixar morrer. In: FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. **O nascimento da biopolítica**. São Paulo: Editora Martins, 2004.
- FROMM, Erich. **On disobedience: why freedom means saying no to power**. Nova York: Harper Perennial Publishers, 2010.
- GANDY, Matthew. Zones of indistinction: bio-political contestations in the urban area. **Cultural Geographies**, v. 16, 2006.
- GUTIÉRREZ, Bernardo e DE SOTO, Pablo. De Tahrir a Gamonal: La Calle Global y el Hacer la Política. **El Diario** (versão online). 25/01/2014. Disponível em: http://www.eldiario.es/opinion/Gamonal-Burgos-15M-efectoGamonal-Gezi_Park-DirenGezi-VemPraRua-PasseLivres-PosMeSalto-derecho_a_la_ciudad-Hamburgo_o_221528212.html. Acessado em: 23/03/2014.
- HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- HARVEY, David. **Justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.
- HARVEY, David. **Rebel cities: from the right to the city to the urban revolution**. New York: Verso Books, 2012.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
- LEFEBVRE, Henri. **The production of space**. Oxford: Blackwell, 1991.
- MARTINS, Luiz Alberto e PEIXOTO JÚNIOR, Carlos Augusto. Genealogia do Biopoder. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, n. 2, 2009.
- NEGRI, Antonio. **La Fábrica de Porcelana**. Barcelona: Paidós, 2008.
- NEGRI, Antonio e HARDT, Michael. **Commonwealth**. Cambridge: Harvard University Press, 2011.
- NEGRI, Antonio e HARDT, Michael. **Declaration**. New York: Argonavis, 2012.
- NEGRI, Antonio e HARDT, Michael. **Império**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.
- NEGRI, Antonio e HARDT, Michael. **Multidão**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.
- PELBART, Peter Pál. **Vida capital: ensaios de biopolítica**. São Paulo: Editora Iluminuras, 2003.
- RABINOW, Paul e ROSE, Nikolas. O Conceito de Biopoder Hoje. **Política e Trabalho** — Revista de Ciências Sociais, n. 24, 2006.
- RENA, Natacha, BERQUÓ, Paula e CHAGAS, Fernanda. Biopolíticas espaciais gentrificadoras e as resistências estéticas biopotentes. **Lugar Comum** (UFRJ), n. 41, v. 1, 2014.
- RENA, Natacha. Neves-Lacerda declara guerra à Multidão. **Uninomade — Rede Universidade Nômade**. 2013. Disponível em: <http://uninomade.net/tenda/neves-lacerda-declara-guerra-a-multidao/>. Acesso em: 14/06/2014.
- VELLOSO, Rita. Espetáculo: não ótica, mas arquitetura do poder. **Trama Interdisciplinar**, v. 2, n. 1, 2011.